

## Rumos da Historiografia Portuguesa

A. H. de Oliveira Marques

Professor Catedrático Jubilado da Univ. Nova de Lisboa

### 0

Num pequeno livro publicado postumamente e, em geral, pouco conhecido<sup>1</sup>, escreveu Marc Bloch que o primeiro grande dever de todo o historiador consiste em “interessar-se pela vida”<sup>2</sup>. E, logo a seguir, que “a atenção particular que eu tenho concedido, nos meus trabalhos, às coisas rurais, acabou de me convencer que, sem nos debruçarmos sobre o presente, é impossível compreender o passado [...]”. Mais adiante, insistia em que “a nossa função é fugir aos grandes conceitos abstractos a fim de procurar restabelecer, por detrás deles, as únicas realidades concretas, que são os homens”<sup>3</sup>. Marc Bloch chamava, resumida e essencialmente, à vitória da Alemanha sobre a França, em 1940, após menos de dois meses de combates, uma vitória intelectual<sup>4</sup>. E atribuía-a a um conjunto de falhas humanas, onde contava a incompetência e a faixa etária dos dirigentes militares, a lentidão

---

<sup>1</sup> Marc Bloch, *L'étrange Défaite, témoignage écrit en 1940 suivi de écrits clandestins 1942-1944*, Paris, Armand Colin, 1957.

<sup>2</sup> Idem, *Ibidem*, p. 22.

<sup>3</sup> Idem, *Ibidem*, p. 51

<sup>4</sup> Idem, *Ibidem*, p. 61.

das reacções francesas, a burocracia e, talvez como causa principal, o derrotismo, que permeabilizara tudo e todos. Nada de grandes estruturas, nada de grandes movimentos estratégicos, nada das explicações “profundas” que seriam de esperar de um grande historiador, habilitado por várias décadas de trabalho insuperável.

Não sei até que ponto os historiadores portugueses seguem este rumo. Não fiz estatísticas nem inventários. Mas apercebo-me da incidência predominante na especialização epocal, da predilecção pelas estruturas e do desprezo que, geralmente, nutrem pela história que se confina aos factos e aos seres humanos. Continua a distinguir-se entre “grande história” e “pequena história”. Escrevem-se poucas biografias. Hierarquizam-se claramente temas. Por outro lado, a especialização temporal sublinha-se como indispensável e incontornável. Desde trabalhos a nível inferior a licenciatura até teses de doutoramento, artigos e currículos de toda uma vida, parece contar mais a especialização do que a qualidade casuística. Procuram arredar-se e minimizar-se historiadores versáteis, com o pretexto de que as metodologias consideradas válidas e a abundância da documentação existente não permitem desvios no percurso nem devaneios na temática.

Lembro-me de que Virgínia Rau – historiadora de mérito mau-grado todos os seus defeitos – aconselhava sempre alunos e discípulos a que não enveredassem pela especialização cedo demais. A investigação e a interpretação relativas a várias épocas constituíam, segundo ela, a tarimba indispensável a todo o cultor da história e uma das mais úteis ferramentas para abordagens posteriores. Tinha toda a razão.

## 1

Um dos novos caminhos que promete soluções com interesse respeita à Demografia, não à tradicional, bem conhecida e praticada entre nós, mas à que observa os seres humanos em si mesmos. As descobertas científicas internacionais, nomeadamente a da reconstituição dos crâneos e das faces e a do ADN, permitiriam avançar em numerosas questões. O primeiro passo consistiria em nomear uma ou mais comissões – talvez uma por distrito ou por bispado – que obtivessem dos prelados e das autoridades civis respecti-

vas autorização para a abertura sistemática de túmulos e de covas para determinados períodos. Apoiadas por instituições do Estado, essas comissões incluiriam historiadores gerais, especialistas em história regional ou local, fotógrafos, médicos legistas e outras individualidades ligadas ao estudo de cadáveres. Abertos os túmulos, medir-se-iam os corpos possíveis, recolher-se-iam ou inventar-se-iam os conteúdos existentes – vestuário, peças metálicas, relicários, jóias, etc. – e fotografar-se-ia tudo. Se o túmulo o justificasse, tentar-se-ia a reconstituição da cabeça. Quanto nos seria grato “ver” o verdadeiro rosto do Infante D. Henrique ou de D. Afonso Henriques ou de Inês de Castro (se os violadores da época das Invasões Francesas o tiverem deixado) e de tantos outros e outras. A utilização do ADN permitiria resolver casos de filiação duvidosa e de interesse político, como por exemplo a dos filhos de Carlota Joaquina. A nível mais geral, poderia determinar-se a composição étnica dos Portugueses e a sua relação proporcional e regional com Romanos, “Bárbaros”, Árabes, Berberes, Judeus e outros, tudo assuntos ainda hoje por esclarecer. Também se atenderia à estatura média no passado e se inventariaria toda uma série de mortes violentas, hoje desconhecidas ou quase. A tarefa, bem entendido, duraria décadas, mas os historiadores, salientando-se entre eles os demógrafos, trabalham sem pressas, em gerações sucessivas.

## 2

A história das técnicas tem sido objecto de múltiplos estudos no estrangeiro. Cada vez se aceita menos uma visão compreensiva do passado sem atender, primeiro, à técnica que permite cada acto humano. Ora, em Portugal, estamos ainda no começo de análises desse tipo. Tentei-as para algumas épocas – os séculos XIV e XV, o século XVI, a primeira metade do século XIX e os primeiros trinta anos do século XX – e sei as dificuldades com que deparei, sendo obrigado, na maioria dos casos, a fazer eu próprio a necessária investigação. Levei meses, por exemplo, a estudar a introdução em Portugal da máquina a vapor (já havia, aliás, coisas publicadas), sem a qual o desenvolvimento do País nessa época e durante a chamada “Regeneração” ficava de todo incompreensível. Para dispor de mais alguns dados

sobre o conhecimento de tratados técnicos no século de Quinhentos, deime ao trabalho de folhear exemplares existentes em grandes bibliotecas públicas, a fim de encontrar eventuais anotações, no português do século XVI, que provassem que esses tratados tinham sido lidos por naturais do País e na época. Os estudos de pormenor beneditino que João Alves Dias e os seus alunos têm feito e estão a fazer sobre os processos de impressão de livros nos séculos XV a XVII revelam toda uma série de novidades, por vezes insuspeitadas e relevantíssimas, sobre a tipografia e as suas técnicas, em comparação com o estrangeiro. Mas quantos e quantos problemas se acham por resolver! Desde os sistemas de atrelagem na Alta Idade Média até às comunicações radiotelegráficas durante a I República, passando pelos telescópios seiscentistas e os tipos de carruagens setecentistas, é todo um mundo que se abre à curiosidade do investigador. E é, também, uma necessidade de conhecimentos específicos, para os quais a maioria de nós não se encontra preparada, requerendo formas de autodidactismo nem sempre fáceis de conseguir e assimilar. Para mais, uma história das técnicas bem entendida não se limita às técnicas materiais. Abrange também as técnicas da mente, para cuja análise a nossa preparação é ainda menor: sistemas de pensamento, preconceitos, dogmas, etc. Experimente-se fazer uma conta de multiplicar ou de dividir sem recorrer ao zero e à sua utilização como ferramenta mental. Experimente-se encarar a sociedade e o mundo sem racismo, sem machismo, sem sexismo, aos quais nos habituaram séculos, se não milénios, de instrução e de vivência. Pergunto-me como teriam, no íntimo do seu ser, os humanos não rotineiros dos séculos IV e V compreendido o universo em que habitavam sem a multiplicidade de deuses a que o paganismo os acostumara e que o cristianismo rejeitava.

A história das técnicas liga-se de perto à história das ciências, para as quais a mesma pobreza de análises se faz sentir. Não que os Portugueses fossem grandes inventores ou pensadores. Pelo contrário, o que os caracterizou ao longo dos séculos tem sido o pendor para os aspectos práticos e técnicos e o improvisado. Contudo, alguma contribuição deixaram e, pelo menos, a divulgação das ciências existiu em Portugal, em alguns períodos, com notável rapidez e acuidade. No entanto, não se encontram, com excepção da cartografia e, até certa época, da navegação, boas histórias gerais nem da Matemática, nem da Física, nem da Química nem de outras ciências

ou actividades científicas. Diz-se muitas vezes, e eu concordo, que a Inquisição – como, no século XX, a PIDE e, nos começos do século em que vivemos...? – foram travões eficazes ao surto do conhecimento científico. Mas, como escreveu Manuel Alegre, “há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não”. E eu gostaria que se contasse a história desses “alguéns”.

### 3

Quando despertei para a feitura da História e enveredei pelos caminhos da história económica – excelente tarimba para qualquer historiador –, estava na moda a história dos preços. Aprendi a venerar os “clássicos” Ernest Labrousse para a França, Earl Hamilton para a Espanha e, evidentemente, Vitorino Magalhães Godinho para Portugal, que acabara de publicar um dos seus mais conceituados livros sobre o assunto, prefaciado pelo grande Lucien Febvre<sup>5</sup>. Durante vários anos, acalentei o projecto de publicar um grande *corpus* de preços para a Idade Média, sobretudo quando descobri que eles surgiam, com relativa abundância, em muitas sentenças judiciais, como alternativa a pesos de grão e volumes de vinho, o que implicava a existência de preços médios, ao menos para determinadas regiões. Não o fiz por razões conjunturais e hoje, quarenta anos passados, dou-me conta de que a história e as listas de preços em Portugal – mau-grado o labor de alguns beneméritos – se acham ainda na infância. Não estando já na moda, seria no entanto bem útil à historiografia portuguesa contar com mais trabalhos deste género, constituindo-se fáceis grupos de jovens licenciados, até com a participação de alunos um pouco versados nos mistérios paleográficos...

Outro tema de que me lembro como rumo possível a trilhar, sobretudo na área da agricultura, seria o do estudo da variedade da paisagem rural ao

---

<sup>5</sup> Vitorino Magalhães Godinho, *Prix et Monnaies au Portugal 1750-1850*, Paris, École Pratique des Hautes Études, 1955.

longo dos tempos. Escrevi algures que a monotonia dessa paisagem caracterizou o campo português durante séculos, tão avassaladoras eram as culturas dos cereais e da vinha, de norte a sul do País. Mas seria, de facto, assim? A abundância de fontes impressas de que hoje dispomos permitiria um exame mais pormenorizado e fiel da ruralidade, sugerindo-nos porventura uma visão diferente, mais variada e colorida. Do século XII ao século XX poder-se-iam cartografar melhor as diversas regiões, desde os oásis em torno de cada povoado até às charnecas e serras que avultariam do Minho ao Algarve. Parece-me que já seria possível “fotografar” o passado com mais rigor, fazendo uso de massas grandiosas de textos impressos, mas não esquecendo o contributo importante das poucas iluminuras de que dispomos, dos quadros a óleo já mais abundantes, dos azulejos, dos ex-votos e, para épocas mais recentes, da própria fotografia.

Monografias de história rural seriam bem-vindas. Ainda há poucos meses, num interessante programa de televisão, se narrava a história dos terrenos anexos ao mosteiro de Tibães e da sua recuperação em curso. Faltam-nos na verdade, com poucas excepções, histórias de quintas, de herdades, de domínios rurais. Seria possível, por exemplo, a história dos jardins do palácio da Bacalhoa, na península de Setúbal, que remontam à Idade Média. As tapadas reais, algumas delas multisseculares, merecem estudos históricos aprofundados que ainda não existem. Ao lado do jardim, é necessário analisar o campo economicamente produtivo, a sua rentabilidade e o seu parcelamento. Critica-se muito a legislação liberal, que obrigou à divisão acelerada da propriedade. Mas esquece-se que, em numerosos casos, quintas e herdades tinham já sido amputadas ao longo de séculos, quase sempre por necessidades financeiras dos seus proprietários. Aliás, outros róis indispensáveis seriam os desses proprietários, absentistas e não-absentistas, inventariados por regiões ou por áreas mais diminutas, à maneira das listas telefónicas dos tempos de hoje...

Os noticiários acham-se, hoje em dia, repletos de incêndios florestais, de inundações, de tremores de terra e de outras catástrofes. E no passado, que aconteceu? O recurso à imprensa permite mais de 150 anos de informações semelhantes. Para trás, não é impossível que se encontrem na documentação a mais variada registos ou simplesmente notícias de tragédias naturais que impressionaram ou prejudicaram os contemporâneos. Por que

não as tentamos reconstituir em larga escala? Talvez se viesse a compreender melhor o país onde vivemos e porventura a visioná-lo com menos pessimismo e mais realidade.

E, antes de passarmos a outro ponto, deixem-me mencionar um tema que sempre me interessou e continuo a não perceber completamente. Refiro-me ao sistema das portagens (e peagens e outros impostos semelhantes). Como se integravam a sua existência e o seu pagamento, não na teoria dos forais, mas na realidade do sistema feudal – feudal, entenda-se, até ao Constitucionalismo oitocentista – português? Do local *x* ao local *y*, rio abaixo ou caminho acima, como se processava a detenção do veículo e a cobrança do direito? Caso a caso? Por avença? E quanto teria rendido este direito, ao longo dos séculos, ao senhor, fosse ele o rei, um eclesiástico ou um laico?

Comunicações levam-nos a assuntos que imperfeitamente conhecemos, como pontes (onde se incluíam o seu inventário completo, desde as de madeira às “pedrinhas”) e vaus. Em quase toda a Europa, um vau (*ford*, *furt*) deu lugar a um topónimo. Por que não sucedeu o mesmo em Portugal? Por existirem menos rios caudalosos? Ou por o termo ser outro? Passo, porventura? Aqui estão assuntos para múltiplas dissertações de mestrado...

Por fim, mencione-se, só de passagem, o controvertido tema da existência ou não-existência de um espaço económico nacional. Em tese de doutoramento muito prezada e badalada, um actual ministro negou-o, anteriormente ao século XIX. Eu, pelo contrário, encontro-o já nos tempos medievais. Qual de nós tem razão? Ou serão diferentes as premissas de que partimos e os conceitos de que nos servimos? Valeria a pena retomar o assunto como tese sistemática, à maneira de António Sérgio, e estudá-lo desde o século XII até ao século XX. Até por que, com a União Europeia e a globalização crescente, parece já não existirem espaços económicos nacionais. A não ser, talvez, o dos Estados Unidos da América.

As cidades estão, na sua maioria, estudadas para a Idade Média. Mas, para os tempos posteriores, a começar no século XVI e a terminar no XX, o panorama é desolador e aqui eu gostaria bem que alguma escola ou equipa surgisse e se desenvolvesse para delas se ocupar. Em certos casos, temos generalidades com pouca consistência e há que transformá-las em análises cuidadosas e modernas.

## 4

Os conceitos actuais de sociedade e de classe têm sido geralmente nocivos ao estudo dos grupos sociais através dos tempos. Esquece-se muitas vezes que o passado comportou, não um mas vários tipos de sociedade e que o modelo da classe social de hoje data somente do século XIX e, mesmo assim, somente para alguns Estados mais evoluídos. Quando se pretende analisar a organização dos seres humanos no período feudal, por exemplo, depara-se-nos uma sociedade bem diferente da dos primeiros tempos do Capitalismo ou da do século XVIII. O caso português ainda se complica com a existência e a persistência dos modelos islâmicos, que ajudaram a moldar, na Península Ibérica, aspectos sociais *sui generis*. Se muita coisa tem sido escrita sobre a sociedade feudal portuguesa, quer por portugueses quer por estrangeiros, os séculos XIV e XV mostram-se ainda suficientemente escuros para que, por exemplo, nos continue a escapar o conceito rigoroso de *criado* e a sua inserção na pirâmide de então. Seriam bem vindas tabelas comparativas deste e doutros termos comuns com os seus correspondentes – ou não correspondentes – de além-fronteiras, a fim de se poderem avaliar correctamente as especificidades nacionais.

A partir do século XV e, sobretudo, nas centúrias de Quinhentos a Setecentos, as tão apregoadas inexistência ou fraqueza da burguesia em Portugal carecem de uma revisão completa, onde se combinem fontes das mais variadas origens, desde cartas de comerciantes a colegas seus nacionais e estrangeiros até análises do grande e do pequeno comércio ultramarinos, passando pelos processos da Inquisição e pelos registos paroquiais, tão importantes para a história da sociedade e tão esquecidos em proveito de uma utilização meramente demográfica. Talvez a realidade das fontes nos revele uma burguesia maior e mais dinâmica do que supomos, embora dominada ou mesmo controlada, internacionalmente falando, pelas burguesias das “grandes potências” da época, tal como hoje os grupos capitalistas portugueses, numerosos e empreendedores, são suplantados pelo empresarismo multinacional. Para os séculos XIX e XX, seriam possíveis estudos de firmas e de companhias, antes só existentes em número reduzido.

A história do povo também se encontra nos seus balbúcios, mau-grado o “empurrão” que lhe foi dado após a revolução de 1974, aliás bem mais

político do que histórico e de resultados decepcionantes. Menos inventários de motins e revoluções no campo, e maior conhecimento de produtividades e de condições de trabalho é do que a historiografia portuguesa actual necessita. O modelo sociológico de Léon Poinard, proposto e desenvolvido nos começos do século XX, poderia, com as mutações que as fontes e a variação das épocas exigem, ser aplicado com proveito a outros períodos históricos, mormente os séculos anteriores. O proletariado urbano começa a ser analisado com rigor, mas basta lembrar que nos falta uma história social da capital do País para nos darmos conta do atraso em que nos encontramos.

Também o clero e a nobreza merecem análises pormenorizadas, que atendam mais ao clérigo e ao conde como indivíduos do que à sua inserção em grupos específicos. Sem cairmos necessariamente em aspectos de vida quotidiana de uns e outros, olhemos os conventos e as casas senhoriais como viveiros de gente e abordemo-los também nas suas relações com os outros estratos da sociedade, para vermos até que ponto nos encontramos perante *ghettos* ou perante grupos abertos e renováveis. O pouco que se tem escrito a este respeito faz desejar muito mais e com âmbitos epocais e geográficos de maior amplitude.

## 5

Parece já ultrapassado o conceito de Estado como específico e exclusivo dos tempos “modernos” e contemporâneos. Como conjuntos de povos organizados política e juridicamente, existiram Estados na Idade Média e na Antiguidade, conquanto muito diferentes dos que subsistiram ou surgiram de novo a partir do século XVI. A análise das suas características é que carece ainda de múltiplos trabalhos de investigadores. No caso português, havendo muitas obras de carácter geral, excelentes ou satisfatórias, devidas a historiadores profissionais e a homens de Direito, faltam outros tantos estudos analíticos respeitantes a aspectos particulares. Tomem-se como exemplo os vários conselhos e outros organismos colectivos que atravessaram períodos diversos: o Conselho de Estado, o Conselho da Fazenda, o Conselho de Guerra, o Conselho Ultramarino, o Conselho de Portugal, a Junta dos Três Estados, a Mesa da Consciência e Ordens, etc. Com a criação do governo

por ministério, faltam-nos estudos sobre as várias secretarias de Estado e as biografias dos muitos que as ocuparam. Mais tarde, para os séculos XIX e XX, o Conselho de Ministros, cujas actas em grande parte devem subsistir, mereceria um ou muitos trabalhos, recheados de interesse e novidade. Cada ministério, por sua vez, ocuparia vários historiadores, como se comprovou já com a Secretaria de Estado da Fazenda, depois Ministério da Finanças.

Creio que só para a Idade Média e, incompletamente, para o período da I República, existem análises prosopográficas sistemáticas. No entanto, a documentação permite cobrir praticamente todas as épocas, desde que bem escolhida e aproveitada. Correlacionados acham-se o exame das formas e das bases do recrutamento ministerial, dos perfis dos ministros e candidatos e a possibilidade da existência de denominadores comuns às várias épocas e aos vários regimes.

Também os grupos de pressão devem suscitar o nosso interesse. No passado, lembrem-se as várias facções aristocráticas – o caso da exaltação a “governante” e da deposição de Afonso VI é talvez o mais paradigmático –, as Ordens religiosas e religiosas-militares, a Inquisição e a Universidade. Em tempos mais modernos, sirvam de exemplos a tão badalada Maçonaria – na realidade, poucos sabem o que se passou e passa, ao certo, dentro dela –, a Carbonária e organizações suas aparentadas, a Acção Católica, a famosa *Opus Dei* e até clubes desportivos e tauromáquicos. Os próprios partidos políticos são ainda mal conhecidos, tanto na sua estruturação interna como na sua actividade total. Só para a geografia eleitoral é que temos análises satisfatórias ou, pelo menos, aceitáveis em número e em conteúdo.

Os chamados poderes legislativo e judicial, com os seus equivalentes no passado, acham-se felizmente em estudo. A publicação sistemática das actas e resumos de Cortes revela-nos um Estado por vezes completamente desconhecido. Vejam-se, por exemplo, as recentemente publicadas Cortes de 1498, as mais completas que por ora temos. Nos séculos de Oitocentos e Novecentos, os registos parlamentares tornam-se indispensáveis para compreender os métodos de legislar e de governar. Com base neles e nas colecções de legislação é possível apercebermo-nos, até em termos numéricos, do dinamismo ou da estagnação de cada época. Começaram a ser realizados estudos sobre o poder judicial, mas o seu número é ainda diminuto, em

grande parte pela deficiência de fontes ou pelo estado de arrumação dos correspondentes arquivos.

Por último, neste resumido balanço das estruturas do Estado, mencionem-se os itinerários régios, muito completos já para a Idade Média mas muito atrasados para épocas posteriores, que permitem análises práticas de governação, para além de nos darem preciosos informes sobre a rede rodoviária do País e até sobre o carácter dos próprios governantes. A partir do século XIX, seriam bemvindas análises semelhantes de viagens régias, ministeriais e presidenciais, quer para o interior de Portugal quer para o estrangeiro.

## 6

O estudo do Estado prolonga-se pelo das relações diplomáticas. E haja o cuidado de não confundir relações diplomáticas com movimentos conjunturais da participação em guerras ou de casamentos entre príncipes, que são apenas um capítulo delas. Haja, por outro lado, a preocupação de incluir a Idade Média no conjunto dessas relações, em vez de as fazer começar nos séculos XVI ou XVII, como tantos têm feito. Afinal, o próprio Estado português nasceu, no todo ou em parte, das relações diplomáticas do século XI, integrando-se num vasto conjunto de contactos além-fronteiras onde coexistiam questões militares, políticas, eclesiásticas e até económicas. Lembrei--o quando, num projectado trabalho de conjunto da iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, se pretendiam apresentar sínteses das relações diplomáticas de Portugal a partir de... 1640! Para trás, aparentemente, nada existiria que valesse a pena tratar.

Uma história geral das relações diplomáticas portuguesas, que ainda não temos e que poderíamos muito bem ter, atenderia às grandes áreas e estruturas dos espaços, português, europeu, muçulmano e ultramarino, distinguindo as de longa, as de média e as de curta duração. Atenderia ainda à existência de quadros de pessoal diplomático e ao seu recrutamento, às importantes questões de etiqueta, de oferta de presentes, de línguas faladas e seus intérpretes, à organização das viagens, à composição das embaixadas, às estruturas de comando à distância, à organização dos serviços administrativos na Metrópole, etc., etc. A existência de missões fixas no estrangeiro,

atestada desde o século XV, implicaria estudos complementares onde se trataria da renovação do pessoal residente, do seu currículo, das instalações nos vários países e assim por diante. Acima de tudo, conviria estudar o alargamento gradual dos contactos internacionais, desde os esporádicos até aos permanentes, a definição de políticas e estratégias de curto e longo alcance e o sucesso ou o fracasso dessas políticas e estratégias. A luta entre eclesásticos e aristocratas e, posteriormente, entre estes últimos e os burgueses para a obtenção de postos de chefia, teria de ser cuidadosamente analisada, dadas as suas implicações de carácter social, político e económico. À margem da diplomacia oficial, haveria também que atender às diplomacias paralelas e, quantas vezes, contraditórias, de grupos e de indivíduos, particularmente activas no Ultramar até mesmo ao século XX. Inversamente, embora com menos pormenor, ter-se-iam de estudar aspectos semelhantes relativos aos Estados estrangeiros com os quais Portugal manteve relações. E não se esqueça, enfim, a distinção entre corpo diplomático e corpo consular, cujas origens remontam também ao período medieval, mas cujas actividades se mostraram geralmente diferentes. Dizemos “geralmente” porque não faltaram os casos em que o cônsul ou até o vice-cônsul substituíram o chefe de missão durante períodos de tempo relativamente dilatados.

## 7

Uma das poucas instituições que tem sido intensa e satisfatoriamente estudada é a universidade. Quer nas suas fases lisboetas quer conimbricenses, numerosos historiadores, desde o século XVIII, se debruçaram sobre os seus estatutos, programas, reuniões escolares, mestres, estudantes, que sei eu?! Falta, todavia, ainda muito a fazer. Sabemos pouca coisa sobre como eram dadas as aulas e quais as reacções do público discente, não temos edições modernas dos textos adoptados, das “sebentas” ou partes de sebentas que ainda possam existir, das instalações, dos motins estudantis, etc. Falta conhecer as razões, teóricas e práticas, que levaram tantos alunos a preferirem as escolas estrangeiras e elaborar os respectivos róis. Quando estagiei na Alemanha, há quase 50 anos, encontrei, para a Idade Média, dezenas de nomes portugueses matriculados nas várias universidades que

por lá havia. Sempre tive o propósito de um dia os estudar e determinar o seu currículo. Mas o tempo passa, surgem acidentes no percurso da vida, outros interesses fazem esquecer os primeiros e... as fichas continuam amontoadas entre a minha vasta papelada inédita, à espera de que alguém faça a mesma recolha e escreva, finalmente, o artigo ou o livro que tanto se justificaria. Na Alemanha e, mais ainda, em Espanha, em França, em Itália, eventualmente até no distante Norte, muitos nomes lusitanos se encontrariam, só uma mínima fracção estando arrolada e analisada.

Houve também lentes portuguesas no estrangeiro, cujo currículo nos é completamente desconhecido. Todas estas questões passam de século em século, do período medieval até aos nossos dias, justificando dezenas de trabalhos de investigação, o primeiro dos quais seria o arrolamento, universidade a universidade, de todos os nomes de discentes e docentes lusitanos.

Quanto à universidade portuguesa, lembremos que ela se desdobrava em duas, do século XVI ao século XIX – a de Coimbra e a de Évora – sem esquecer estudos vários de carácter “superior”, ministrados em diversas instituições religiosas. No século XIX, surgiram as escolas técnicas superiores e, no XX, as universidades de Lisboa e do Porto, algumas delas ainda à espera dos seus historiadores. E talvez já se justificasse a participação histórica nesse mundo de universidades e de institutos, muitos deles particulares, que caracterizaram a segunda metade do século XX e se explicam pelo triunfo de uma nova filosofia de privatização e rentabilização do ensino, cujos resultados, em geral desastrosos, estão à vista.

Sobre o chamado ensino “secundário”, produto dos séculos XVIII e, sobretudo, XIX, sabemos tudo no que respeita a legislação, organização prática, número de alunos, nomes de docentes e outras coisas mais. Mas já o mesmo não diríamos de métodos de transmissão do saber, de ideologias dos manuais ou de actualização de matérias ensinadas em termos de avanço das ciências. Lembro-me, no meu manual de Física, de aprender tudo sobre Torricelli e a máquina de Atwood mas, ao chegar à explicação sobre por que razão voava o mais pesado do que o ar, de me porem à frente uns aviõezinhos de madeira e lona, à Gago Coutinho, isto na época dos *Spitfire*, dos *Hurricane* e dos *Messerschmidt*, em plena II Guerra Mundial, que entusiasmavam todos os adolescentes. Na automobilística, sucedia algo de

semelhante. O manual, que aliás não era destituído de interesse e que tivera, sem dúvida, grande êxito até ao começo da década de Vinte, jamais fora actualizado.

A instrução primária é bem conhecida a partir de finais do século XVIII, mas pouco sabemos a seu respeito na Idade Média ou no Renascimento. Que catecismos, que partes da *Bíblia*, que textos de Padres da Igreja, que documentos avulso serviam para a aprendizagem das primeiras letras? Que ortografia, que aritmética e que modos de canto se facultavam a um jovem de 10 anos e como se ensinavam?

E o analfabetismo? A sua história foi linear, do não saber para o saber, como quase todos ainda pensamos? Não terá havido períodos de retrocesso que se seguiram a épocas de avanço, numa espécie de espiral contínua ou frequente? Há a certeza de que seriam menos os analfabetos no século XVII do que no século XVIII? A convicção de que entre os aristocratas e burgueses grassava o desconhecimento das letras não será uma fábula? Tem-se dito e escrito, com poucos ou nenhuns argumentos, que os nossos primeiros reis eram analfabetos. Não seria de analisar o tema com um pouco mais de rigor e compará-lo com o que sabemos acerca dos monarcas estrangeiros coevos?!

Passemos a outras formas de cultura. No que respeita à literária, a sua história continua, ainda hoje, a insistir no estudo das obras em si, nas biografias dos autores e, se se presume que as há, nas correntes de literatura com algum sucesso. Isto, melhor ou pior, acha-se feito e é o que consta dos muitos manuais e ensaios existentes. Mas quem, quantos e que públicos liam essas obras? Homens, mulheres, clérigos, aristocratas, burgueses, mesmo populares? Ou seja, necessitamos, e para todas as épocas, de análises sobre tiragens e sobre leitores. Vejo com agrado que algumas já se fizeram e com êxito, mas vejo também que o desinteresse por este tipo de questões continua diminuto. A pressão ou, se quiserem, o determinismo dos ideários das épocas sobre a publicação do livro continuam, em grande parte, ignorados, até porque é ideologicamente “correcto” falar de livre arbítrio e de liberdade de escolha – pelo menos após a instituição da liberdade de imprensa –, quando nós não passamos de títeres de numerosas forças que se nos sobrepoem, umas conhecidas, outras não e até negadas com veemência.

Questões ancilares à publicação de um livro também nos devem importar: papel, impressão, preços, encadernação – saberão muitos que a maior parte dos volumes encadernados, até ao século XIX, era posta à venda em brochura, ficando a encadernação a cargo do comprador? –, publicação fasciculada dados os custos da obra e os fracos capitais dos editores, número e qualidade das gravuras, introdução do sistema litográfico e quantidade de tipografias no Continente, nas Ilhas Adjacentes e no Ultramar. Os vários períodos de censura e o modo como foi efectivada devem merecer a nossa particular atenção, incluindo prazos que medearam entre a primeira censura e a data de publicação, composição das mesas e índole dos censores, temáticas predilectas de córtes e proibições e, subjacentemente, temáticas em voga em diferentes épocas e regiões, etc. António José Saraiva chamou-me várias vezes a atenção para a possibilidade de existirem, apensos aos processos de autores presos pela Inquisição (e talvez, também, pela PIDE), originais de manuscritos que, dada a identidade dos seus autores ou os assuntos de que tratavam, jamais poderiam ver a luz do dia.

Outros importantes temas culturais são as bibliotecas, públicas e particulares, sua distribuição pelo País em variadas épocas, sua riqueza em obras impressas e manuscritas e sua frequência em leitores, ao lado dos gabinetes de leitura, tão utilizados em determinados períodos. Ao lado delas, não se esqueçam as academias e associações culturais, os problemas específicos de livros, jornais diários e outras publicações periódicas, folhetos quer literários quer políticos quer anunciadores e assim por diante. É todo um mundo recheado de interesse que só bem pouco tem sido abordado e que pode motivar investigadores de todo o tipo, desde estudantes até historiadores da mais alta craveira.

Também na Arte se encontram mais análises individualizadas de quadros e monumentos do que estudos sobre museus e colecções, com seus acervos, seus públicos e seus enriquecimentos ou empobrecimentos epocais. Cada conjunto artístico nacionalizado pelo liberalismo e, depois, pela República, mereceria um livro ou um artigo, que mencionasse também as destruições oficiais por queima, de que foram vítimas muitas centenas de quilos de obras, consideradas estragadas e ao tempo irrecuperáveis.

Por fim, e para não nos alargarmos mais, pensemos um pouco na Música em idênticos moldes: temas em voga, públicos, locais de execução, etc.

E não cuidemos só da música clássica e da ópera. Ouçamos a modinha, a fanfarra, a opereta e a revista. Se por exemplo, quanto a esta última, dispomos de dois trabalhos de nível, nada temos para a opereta e eu há que tempos que ando à procura de um músico que se queira associar comigo para escrever a história deste género, outrora tão popular em Portugal e hoje quase completamente desconhecido. A música ligeira, noutros tempos tocada e cantada nas ruas pelos ceguinhos, também não deveria ser esquecida, pois é ela que nos continua a animar e que trauteamos pela vida fora.

## 8

A chamada Vida Quotidiana, tema relativamente novo nas obras gerais de história, desdobra-se em aspectos vários, cada qual justificativo de livros e artigos especializados. A carência de estudos é, por vezes, monumental, mas existem algumas excepções. A Alimentação encontra-se entre elas. Embora muita coisa se possa ainda fazer, mormente para os séculos XVII e XVIII, não estamos mal servidos e em relação a várias épocas, graças aos sucessivos e competentes autores que se têm debruçado sobre o tema, desde a Antiguidade até ao século XX.

Já o mesmo não é possível dizer a respeito do Vestuário. Se as linhas gerais foram traçadas, nomeadamente para a Idade Média e o período da I República, só poucos elementos nos ajudam em relação a outras épocas. O traje militar também carece de cultores. Ausência de estudos ou desconhecimento do já feito têm levado a erros crassos de datação, mormente de obras artísticas, como sucedeu, ainda recentemente, com os chamados “painéis de S. Vicente de Fora”, desde os tempos em que José de Figueiredo iniciou a sua análise. Algumas excepções e uma maior sensibilidade ao tema houve contudo a registar, com Jaime Cortesão e Fernanda Espinosa, que se encontram entre os poucos que se aproximaram de uma datação exacta.

A casa também necessita de quem olhe para ela com uma visão menos artística e mais histórica. A tese modelar de Vítor Pavão dos Santos, para o século XVI, jamais foi publicada. Existem, no entanto, nos arquivos e até em muitas obras impressas, sem falar das múltiplas imagens com que a

Arte nos presenteia, dados bastantes para traçar um quadro assaz completo de exteriores e de interiores, permitindo a redacção de uma boa história geral.

Higiene e saúde contam com alguns trabalhos válidos de ciência médica e de farmacopeia e com muitos artigos ou capítulos de pormenor, nomeadamente sobre epidemias, doenças mais frequentes, receitas exóticas e biografias de físicos e médicos. A higiene está mais atrasada do que a saúde, sabendo-se ainda pouco sobre os hábitos de limpeza (ou de sujidade) de quase todas as épocas e ignorando-se ao certo se, na prática, se tomavam tão poucos banhos como é costume dizer. O seu estudo acha-se correlacionado com o da perfumaria, local ou importada, e com o corte ou depilação de cabelos, barbas, sobrancelhas, pelos e outras excrecências. Mas não se esqueça que a coabitação com parasitas era, já no século XV, considerada incómoda e que Santa Joana Princesa, irmã de D. João II e freira em Aveiro, chegou a usar a mesma camisa durante meses e meses, sofrendo terrivelmente – em sinal de sacrifício – com as legiões de piolhos que se se iam criando e proliferando.

O afecto anda, em geral, mal estudado. Dissertei, já em 1964, sobre o amor e a amizade na Idade Média, mas devo confessar que tive poucos continuadores para qualquer época. Sei que está em curso uma tese de doutoramento sobre a criança, também nos tempos medievais, e estimo bem que assim aconteça, para sabermos um pouco mais sobre o amor e o carinho que eram dedicados a meninos e meninas. Sobre o amor conjugal, abundam as fontes mas escasseiam os estudos. E outro tanto se diria de camaradagem e afeição entre amigos e entre amigas. A documentação manuscrita inclui muitas manifestações de ódio entre cônjuges e entre antigos amigos. Mais raros se mostram os testemunhos de afecto a membros da terceira idade, embora não faltem as provas de respeito, por vezes mais simuladas e de acordo com o considerado correcto, do que com sentimentos reais. Por isso se mostram tão importantes os códigos de costumes e a sua distinção das práticas respectivas. Muito mais raros ainda são os casos conhecidos de homossexualidade, quer masculina quer feminina e os trabalhos sobre eles, que continuam a incomodar muita gente. Lembro-me, eu próprio, de ter sido excluído de membro de uma sociedade, aqui em Portugal, por ter “ousado” sugerir que os reis D. Pedro I, D. Sebastião e D. Afonso

VI eram homossexuais. Hoje, diga-se de passagem, ainda alargaria o rol. E um colega meu, respeitável e respeitado historiador norte-americano de coisas portuguesas, não encontrou ainda quem lhe quisesse publicar um artigo “calunioso”, assim o dizem, sobre o Infante D. Henrique... Quanto ao anti-amor, possuímos uma obra modelar e pioneira sobre a ofensa e a injúria nos começos do século XX – *Quem não se sente não é filho de boa gente* –, devida ao malogrado historiador José Luís Mendes do Amaral.

Não esgotemos a lista dos temas passíveis de análise sob o título “Vida Quotidiana”. (E, diga-se de passagem, que nunca me refiro, em particular, às mulheres porque costume tratá-las, em qualquer assunto, em paridade com os varões, considerando-as parte integrante, incontornável e natural de toda a história.) Mas pensemos no capítulo dos divertimentos que, aliciante como é, tem ocupado rarissimamente os historiadores portugueses. As fontes vão-se encontrando para as várias épocas, escassas em muitos casos, mas sempre presentes, se as soubermos procurar. Desde os primeiros exemplos de “revista à portuguesa”, como foram as cantigas de escárnio e mal-dizer, integradas no seu tempo e acompanhadas de música, hoje perdida, até à televisão dos nossos dias, passando pelo teatro e o cinema, há matéria de sobra para sucessivas equipas de trabalhadores da história. Existem depois os jogos, individuais e colectivos, ao ar livre e dentro de casa, os passeios, as romarias e peregrinações – simultaneamente actos de culto e motivos de distração –, os brinquedos e tantos, tantos outros divertimentos que apeteceria conhecer para qualquer época, quer isolados quer comparados, a fim de definir denominadores comuns e mentalidades lúdicas específicas.

## 9

Tratemos enfim da conjuntura ou, melhor dizendo, das conjunturas políticas, daquilo a que se chamava história política e, há cem anos, história *tout court*. Desde já se diga que a abordagem deste tema não se deve limitar a uma seca descrição de factos cronológicos e, muito menos, a uma sucessão de anedotas referentes a reis e a batalhas. Num estudo de conjuntura deve, antes de mais, atender-se à concatenação dos eventos, sem uma obsessão

marcada pelas datas. Deve atender-se aos objectivos, às estratégias, aos planos que definiram pequenos, médios ou grandes períodos de tempo, salientando denominadores comuns e contradições internas. Nada de isto impede que se atenda também a reis e a batalhas, descendo ao pormenor que se quiser, mas explicando-os dentro de quadros lógicos e compreensíveis. O *facto* deve ser tutelado e não deixado à solta.

Existem épocas, no decorrer da história portuguesa, melhor e pior conhecidas. Totalmente conhecidas, julgo que nenhuma. Há, por isso, muito que fazer ainda, apesar de este tipo de história ter sido, e de longe, o mais cultivado de todos. Não enumeremos datas e eventos, porque a lista seria infundável. Limitemo-nos a acentuar a pobreza de obras sobre, por exemplo, o período filipino, atenta a “maldição” que sobre ele caiu devido a simbolizar a chamada “perda da independência”. Da minha parte, fui acusado, nos tempos do Fascismo, ao Presidente do Conselho de então, Marcelo Caetano, de traidor à pátria, por ter ousado apresentar os anos de 1580 a 1640 de maneira mais realista e autêntica do que até então era habitual. Mas também muito obscuros se encontram ainda o reinado de D. Manuel I, o final do século XVII e os começos do XVIII, para apontarmos só os mais evidentes. Há épocas em que se conhecem bem certos temas e se ignoram totalmente outros. Como sempre, há assuntos *tabo* e assuntos em moda. As guerras são, em geral, bem conhecidas e alguns historiadores competentes têm-se recentemente ocupado da sua estruturação e organização, desde a Idade Média até ao século XX. Faltam antes estudos correspondentes sobre revoluções, conspirações, motins e tumultos, mormente para os séculos XIX e XX.

Uma das grandes deficiências da historiografia portuguesa está na raridade de biografias. Há muito poucos estudos modernos ou antigos de confiança sobre reis, rainhas, príncipes, ministros, altos funcionários, etc. Monografias como a de Queirós Veloso sobre D. Sebastião ou as de Júlio de Vilhena e Ruben Andresen Leitão sobre D. Pedro V são casos raros. As fontes, contudo, abundam, tanto manuscritas como impressas. O que é preciso é superar o desdém que a biografia tem sofrido e dedicar-lhe a mesma atenção que a um livro de história económica ou institucional. Sem biografias bem feitas não há boa história política e o estudo do carácter e das idiossincrasias de um monarca ou de um valido constitui tarefa aliciante

e motivadora. Esperemos que este panorama se possa modificar em breve e que a biografia, concebida em termos científicos, enfileire entre os rumos da historiografia portuguesa.

## 10

Vamos terminar. O panorama que apresentámos foi, porventura, pessimista de mais. Preferimos contudo apontar as deficiências e insistir nos rumos possíveis, mais do que fazer balanços positivos, que satisfariam o *ego* nacional mas que nada proporião quanto a trabalhos a pôr em curso. Esta conferência visou constituir um ponto de partida e não uma meta de chegada. Pretendeu alertar os historiadores portugueses para o muito que há a construir e incentivá-los para as tarefas, pequenas e grandes, que os esperam no futuro próximo. Almejou contrariar a tendência nacional de repetir, aperfeiçoando, o que já foi feito, em prol de trabalho inovador e pioneiro. Procurou reforçar o ditado popular, tantas vezes repetido mas tão poucas efectivado, de que o bom é inimigo do óptimo. Oxalá o tenha conseguido, ao menos junto de algumas pessoas.

O panorama, aliás, não é tão negro quanto pode ter parecido. Em muitos aspectos, a historiografia portuguesa acha-se a par da internacional mais avançada. Não é por acaso que, nos últimos vinte anos, conseguimos publicar cerca de meia dúzia de histórias gerais de Portugal e do Ultramar, umas melhores, outras piores, mas todas elas desenvolvidas em texto e variadas em perspectivas e em informação. Só países de vanguarda se podem gabar de tal proeza. Se nos encontramos na cauda da Europa, é porque essa Europa a que pertencemos tem apenas quinze países e que os que em breve nela vão entrar não constituem séria ameaça à historiografia portuguesa. Mas poderemos subir ainda alguns pontos e ficarmos, num futuro não muito distante, num honroso décimo posto. É só querermos trabalhar. Com Sabedoria, Força e Beleza!

Lisboa, 6 de Novembro de 2003